

André Figueiredo Rodrigues
José Otávio Aguiar
Wilton Carlos Lima da Silva

LITERATURAS DE VIAGEM
fauna, flora e etnografia brasileira

HUMANITAS

São Paulo, 2013

INTRODUÇÃO

Literaturas de viagem

Os relatos de viagem, essa forma de literatura que transforma o autor em testemunha e o leitor em cúmplice, mais do que expressões de um gênero literário, são entendidos aqui como instrumentos de percepção de um mundo sobre si mesmo, com uma multiplicidade de referências internas que se relacionam com outras formas de expressão das sociedades nas quais se originaram, o que permite a percepção das discontinuidades, regularidades e racionalidades.

Embora a problemática da viagem seja comum a todas as épocas da história da cultura, durante a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, ocorre uma nítida ruptura, tanto pela incorporação à ideia de errância medieval dos referenciais de busca de riquezas e lucros, quanto pela afirmação de uma nova relação entre o europeu e os habitantes do restante do mundo, com a estruturação de uma visão subjetiva e etnocêntrica (hierarquizando o destinador e o destinatário na relação de encontro civilizatório) que será indelével nos séculos seguintes.

O conceito de “literaturas de viagem” é complexo e divide opiniões, pois se trata de uma classificação recente, que busca incorporar de maneira autônoma um universo literário (e também cartográfico e iconográfico) constituído por um *corpus* de textos, cujas balizas cronológicas se situam entre o século XV e o XIX e cuja natureza é interdisciplinar, englobando a antropologia, a geografia e a história.

Tal *corpus* é integrado por obras escritas por participantes ou testemunhas presenciais dos acontecimentos narrados, que se identificam por temas característicos: a descrição da alteridade geográfica e

humana que a experiência ultramarina proporcionou, a revelação pela escrita de uma paisagem exótica (oriental e tropical) e da imagem do Outro, de uma humanidade diferente, com culturas, crenças, governos e costumes próprios.

Muitas vezes, nas análises historiográficas, os relatos dos cronistas e dos viajantes são reduzidos a uma relação mecanicista entre os discursos e os contextos em que esses documentos históricos foram produzidos, existindo uma clara simplificação, através de modelos fechados e incapazes de dar conta das particularidades discursivas e da multiplicidade das práticas culturais.

Ou através de uma não-historicização, tais relatos são identificados como o resultado de qualidades pessoais particulares, o que permitem desvendar de maneira única a complexa realidade brasileira, reduzindo-os a documentos descritivos.

O texto quando é historicizado, deve ser percebido como parte de um processo discursivo, um disciplinamento em que ideias são lapidadas, hierarquizadas, ordenadas e domesticadas, constituindo-se como projeção da forma de leitura inserida em um processo discursivo específico.

Aquele que escreve busca realçar pontos centrífugos dentro do seu próprio texto, fazendo uma domesticação dos sentidos e a sua instrumentalização. Assim, o relato de viagem não traz em si somente uma descrição de lugares exóticos ou costumes estranhos, mas a fusão entre dois mundos, em que a linguagem e o espaço se mesclam na constituição de um novo alicerce simbólico, espaço no qual o pensamento humano possa produzir uma ordenação entre os seres, uma classificação que possibilite, através de similitudes e diferenças, uma apropriação total.

O Novo Mundo – compreenda-se o continente americano – apresenta seres e circunstâncias consideradas improváveis ou impossíveis, e revela uma realidade que serve como espelho – ao mesmo tempo é aquilo que eu sou e o meu inverso – distorcendo o objeto em uma dualidade nem idêntica nem totalmente distinta.

A proliferação de relatos de viagens respondia a uma curiosidade do homem europeu sobre o outro, o que ocorria devido à substituição definitiva da narrativa fantástica por outra que enfatizava cada vez mais a precisão descritiva, havendo um aprimoramento discursivo, vinculando o visto e vivido a uma lógica de objetividade e empirismo.

Essa transição do fantástico para o descritivo deixa transparecer não só a busca de um sentido discursivo, mas também a relação do narrador com o seu tempo, o que caracteriza diferentes percepções do mundo e limitações históricas do olhar.

Essa apropriação realizada pelo olhar europeu deixa claro dois processos: o primeiro, quando aquilo que se omite ou se fala sobre o outro desnuda muito sobre aquele que fala; assim, a construção de uma identidade brasileira traz, dialeticamente, o explicitar-se de uma identidade europeia, e o segundo, cujas diferentes maneiras de apreender a realidade ambiental no Brasil, vão deixando transparecer as modificações nos contextos socioculturais europeus e as transformações nas mentalidades desses períodos.

As palavras e as coisas

A escolha dos cronistas e viajantes como fonte possibilita a identificação clara de um momento em que as ideias norteadoras desses discursos estão se articulando (em um período de tempo bastante dinâmico, entre os séculos XVI e XIX), surgindo campos complementares (e que vão aproximar as ciências físicas,

biológicas e humanas) em um local delimitado geograficamente, mas ilimitado dentro do imaginário (o Novo Mundo, as terras do Brasil, o desconhecido).

A diversidade dos relatos sobre a natureza, ao longo dos séculos de contato entre a Europa e o Brasil, permite perceber manifestações significativas da imaginação criadora, colocando a possibilidade de perceber os limites históricos do olhar, ou seja, os significados do que a visão pode captar, como criação e descrição, recortando objetos do contexto, ou compondo novos contextos.

O Brasil, esses tristes trópicos, também lugar para a criação de múltiplos significados e onde o viajante explora sua memória, vai permitir aos que se dispuseram a essa aventura no século XVI (como o alemão Hans Staden, que em 1553 foi feito prisioneiro de canibais, quando guardava o forte de Bertioga, ou o missionário francês Jean de Léry, que fazendo parte da tentativa de colonização levada adiante por Durand de Villegagnon, vive entre os tupinambás, de 1557 a 1558) criar as imagens mais metafóricas e fragmentárias, estabelecendo complexas relações de semelhança e contiguidade entre as espécies nativas, e mesmo seus outros habitantes.

No século XVII, o “discurso competente”, influenciado pelo modelo classificatório de Lineu para o mundo natural, permite relações ligadas a características morfológicas (como os trabalhos dos pintores holandeses Franz Post, que vem ao Brasil em 1637, e de Albert Eckhout, que se fixou em Pernambuco entre 1637 e 1644, trazidos por Maurício de Nassau).

Essa mudança do olhar se manifesta, no século XIX, através da influência da consolidação das academias científicas europeias e pelas teorias totalizantes que identificam o mundo natural como um amplo universo dinâmico e funcional, o olhar passa a buscar conexões entre o particular e o geral (como os trabalhos de Jean-Baptiste Debret, que chega ao Brasil em 1816, em uma missão artística, ou Johan Moritz Rugendas, que veio ao Brasil em 1835, na expedição do Barão de Langsdorff).

Os textos de viagens sobre o Brasil, mesmo que em séculos e provenientes de olhares estrangeiros diferentes, relevam tópicos idênticos na apreensão do mundo natural e do homem, e que uma percepção de natureza feita pelo deslumbramento do olhar, pela estética, surpresa ou medo, mas que, na sua formulação verbal, apresenta-se condicionado pela expressão de realidades culturais próximas e familiares, que fundamentam

constantes pontos de comparação entre o novo e o conhecido.

No livro *As palavras e as coisas*, Michel Foucault afirma que o conhecimento é uma construção específica para cada período particular da história, onde mudanças sócio-político-econômicas produzem mudanças culturais, propondo uma reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, caracterizando as mudanças dos seus alicerces e das formas de compreensão da realidade, como uma gramática da produção do conhecimento que seria percebida nas práticas da ciência, filosofia, arte e literatura.

Assim, o olhar do viajante que esteve em terras do Brasil foi disciplinado ao longo de séculos ao aprender a classificar, criar correlações, identificar especificidades e interrogar, sendo a descrição invadida pelas conjecturas e pela experimentação.

Tais mudanças culturais, alterações nas estruturas do conhecimento, estão ligadas às práticas discursivas, chamadas de formações discursivas ou *epistémês*: equivalente a um código cultural, sistema de pensamento, ou rede de percepções, palavras e valores

de uma sociedade que organizam conhecimento e dele são inseparáveis.

As *epistémês* determinam os tipos de práticas discursivas que se afirmam no interior de cada sociedade, permitindo algumas e proibindo outras, tornando possível a descrição das formações culturais invisíveis que produziram a evidência social e literária visível que se examina, entre as condições em que se concretizam os discursos, as regras que o regem, as rupturas que nele emergem, permitindo o estudo da segmentação temporal e temática da forma de subjetivação, identificando articulações entre o saber e o poder em cada época.

A partir do modelo proposto em *As palavras e as coisas*, afirma-se que a semelhança é um dos principais pontos de apoio para a construção dos saberes da cultura ocidental até fins do século XVI, em que as representações eram repetições, formando uma trama semântica na qual os conceitos se tocam, se interpenetram, se apoiam, se enfrentam e se anulam, através de quatro figuras essenciais que estão presentes nessa trama: a “convenientia”, a vizinhança não é casual, mas signo de parentesco; a “aemulatio”, semelhanças produzidas sem contato; a “analogia”, o afrontamento das semelhanças

através do espaço, falando, ao mesmo tempo, de ajustamentos, ligações e articulações; e as “simpatias”, aproximações por movimentos exteriores e invisíveis. (FOUCAULT, 1985, p. 34-41)

Na Idade Moderna, por outro lado, se localizam a origem dos conceitos epistemológicos “ordem” e “signo”. A “ordem”, quando trata das *naturezas simples* produz uma *máthêsis*, comparação de grandezas, ciência de relações de ordem e medida as quais permitem uma apreensão da natureza em linguagem matemática; e quando trata das *relações complexas*, uma *taxionomia*, classificação sistemática através de grupos e categorias, das quais a álgebra e o sistema de signos, respectivamente, são os principais representantes.

No final do século XVIII, segundo Michel Foucault, ocorre uma ruptura entre “ordem” e “signo”, um distanciamento entre conceitos, afirmando-se a taxionomia enquanto ciência ou técnica de classificação, que permite a descrição, identificação e classificação dos organismos, individualmente ou em grupo, quer englobando todos os grupos, quer se especializando em algum deles, de onde nascerá o conhecimento objetivo dos seres vivos, das leis de produção, das formas linguísticas.